

As AESI's de Itaipu e a suspeição aos civis: controle na Tríplice Fronteira

Jussaramar da Silva¹

Este artigo trata de um dos aspectos vistos na documentação que elencamos em nossa pesquisa acerca das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI's) da Itaipu Binacional.²

As AESI's compunham no Brasil a comunidade de informações, diretamente subordinadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), mas também possuíam vínculos com Ministérios, cada uma de acordo com o setor a que estavam subordinadas.

Instituições públicas, universidades, empresas públicas possuíam Assessorias. Recentes levantamentos nos arquivos vêm demonstrando que elas compunham a malha burocrática do Estado, encastelando-se em instituições. Ao que temos notícias, existia uma AESI para cada um desses órgãos, podendo haver uma regional recebendo as informações das demais, como explica Motta.³

No caso da Itaipu, salta aos olhos a discrepância nessa organização. Ela possuiu mais de uma Assessoria, pois tinha escritórios regionais, funcionando conjuntamente com escritórios da empresa, onde estavam os agentes de informações. Mas, além disso, ela adentrou a malha de informações do Paraguai. Assim, havia AESI's da Itaipu no Brasil, subordinada ao SNI e AESI's Itaipu no Paraguai, subordinadas aos órgãos de informações desse país, pois se tratava de um condomínio de energia elétrica com o país vizinho. E pior, parte da documentação por nós pesquisada demonstra que também lá havia uma AESI em Assunção que era vinculada ao SNI no Brasil.

Nosso trabalho pretende demonstrar que a vigilância se estendeu a todos os divergentes com as ditaduras militares, em especial a classe trabalhadora,

mas nesse artigo em particular, trataremos da vigilância e controle de civis, efetuadas pelas AESI's em conjunto com os demais órgãos de informações da região e que se estenderam ao período da “abertura” no caso brasileiro. Nesses documentos, percebemos os meandros da circulação de informações em torno de civis ou entidades da sociedade civil, que passaram pelo crivo da observação das AESI's de Itaipu, e estas se incumbiram de espionar e emitir relatórios, informes etc., o que ultrapassou inclusive o período do fim da Ditadura Brasileira.

Trata-se da evidência da continuidade do controle sobre a sociedade civil, nos mesmos moldes vigentes no período ditatorial brasileiro e que encontrava respaldo, como seria lógico acontecer, no prosseguimento da ditadura paraguaia. O simples fato de se organizar, discutir problemas que pudessem afligir um grupo de pessoas ou uma nação como um todo, era motivo de relatórios constantes, trocas de informações e organizações de processos que poderiam servir de base para algum procedimento judicial. Assim, as eleições para prefeito em cidades da fronteira, a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional, os civis de maneira geral, que fossem considerados “subversivos”, jornais e jornalistas, e mesmo parlamentares, compunham o rol de acompanhamentos sistemáticos das AESI's.⁴

As famílias de perseguidos políticos pelas ditaduras também não estiveram isentas da observação. Ressalta-se que as famílias vigiadas foram aquelas que possuíam algum membro entrando na justiça exigindo reparações por perseguições, desaparecimentos forçados, aprisionamentos, ou torturas, infringidas contra algum familiar ou a ele mesmo. Como no Paraguai não havia ainda a abertura política, tal desígnio é relativo apenas ao Brasil, mas não exclusivamente a brasileiros. Aqui, a abertura dera-se, naqueles idos de 1985, apenas no cenário político estrito senso, ou seja, apenas pela reabertura do Congresso, pela re-implementação do sistema eleitoral que se abria à participação política mais

¹Mestre em História pela PUCSP. Integrante do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL). E-mail: jussaramar@terra.com.br. Texto integrante das reflexões contidas na dissertação: *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1988)*, sob orientação da Prof^a Dr^a Vera Lucia Vieira.

²Nossa pesquisa teve como centro as Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Itaipu Binacional. Sua ação perpassou não apenas a vinculação com a comunidade de informações do Brasil, mas também Paraguai, e em menor volume de documentos com a Argentina e o Chile. Para essa pesquisa, lançamos mão do acervo DOPS Paraná, fundo Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu, Arquivo do Horror, Arquivo Nacional e documentos gentilmente cedidos e/ou encaminhados por Aluizio Palmar, Martín Almada e Rodrigo Patto Sá Motta

³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Incômoda Memória: os arquivos das ASI Universitárias”. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2008, p. 43-65.

⁴Pelo teor dos documentos, podemos concretamente afirmar que a trama interna de espionagem e informações no Brasil foi devastadora. Obviamente não nos propusemos a desnudá-la, e seria uma tarefa um tanto pretensiosa, mas nesse caso em particular, nossas reflexões trazem alguns elementos para pensarmos como é necessário desenvolver mais pesquisas nesse sentido. Ao que parece, nada passou despercebido. E ao mesmo tempo, o número de agentes da repressão era muito maior do que se supunha, ao levar em consideração os demais órgãos já estudados da Ditadura brasileira.

ampla da sociedade civil e a retomada da autonomia do judiciário. Um judiciário, que sofrera vários expurgos dos não alinhados com a ditadura, iniciados já em 1965 e que continuaram pelos 20 anos seguintes. Na estrutura governamental o arcabouço repressivo continuaria a funcionar até a sua extinção em 1990 e manterá intactas as suas funções, seus agentes, sua lógica de funcionamento.

Neste contexto, o fato de entrar na justiça contra a violência e arbitrariedades cometidas nos anos anteriores pelo Estado, já os caracterizava como opositoristas – das ditaduras – e, portanto, suspeitos de subversão.

Naquele momento de transição, sabedores da continuidade do funcionamento do sistema repressivo, os perseguidos e os familiares atingidos, direta ou indiretamente, em busca de reparações ou mesmo de pessoas desaparecidas, optaram por ações conjuntas, pois isto lhes dava maior força argumentativa perante a justiça e também lhes permitia a construção de uma espécie de rede de proteção. Eram em tais reuniões que se encontravam agentes infiltrados, ou simples delatores, por vezes, conforme se deduz, conhecidos dos familiares ou amigos das vítimas. Foi o aconteceu, por exemplo, com o encontro ocorrido em Foz do Iguaçu.⁵ O agente infiltrado registrou a discussão entre amigos. Consta, segundo o relato do informante, que vários casais, ao que parece, bem próximos devido à sua situação de perseguidos da ditadura Stroessner, se encontraram na casa de um deles. Neste registro, a divergência entre os integrantes do grupo apareceu, pois o documento não relatou o motivo da discussão, quando um dos convidados chamou o outro de *stronista*.⁶ Embora não haja detalhamento de toda a *reunião familiar*, como o próprio documento a considera, chamou a atenção do infiltrado, o fato de que um deles ofendeu o outro. O destaque aparece no documento.

Se tal acontecia do lado brasileiro, o que não dizer do lado paraguaio, onde a ditadura teve continuidade até 1989? O que não seria “normal” é o lado brasileiro continuar a dar informações para a repressão paraguaia. Tal relação continuou incluindo civis dos mais diferentes matizes, o que deu margem para que os agentes fizessem associações cuja lógica interna fica, muitas vezes difícil de objetivar. Assim, por exemplo, tomemos o caso da relação que tais personagens fizeram entre um ex-militar paraguaio e seu amigo brasileiro, plantador de grande porte.

Conforme o documento relata, este militar havia sido combatente, ao lado de Stroessner, na Guerra do Chaco contra a Bolívia, ocorrida entre 1932 e 1935. Essa guerra teve como um de seus heróis o próprio Alfredo Stroessner, que ganhou como prêmio, pela sua “bravura”, a possibilidade de fazer cursos no Brasil. Anos depois, quando o golpe *stronista* já havia sido desferido, um

opositor que integrava as forças armadas paraguaias, ocupando o cargo de tenente, foi para a reserva, transformando-se, segundo os agentes do governo, em ex-combatente. Nesta condição passou a ser vigiado e foi classificado como um “liberal de esquerda”, de grande periculosidade porque era “conhecido como homem de ação”, capaz de realizar treinamentos de guerrilheiros.⁸ O risco que este homem representava era de que continuava frequentando o Country Club de Foz do Iguaçu, ter amigos influentes e como proprietário de terras, empregar várias pessoas.⁹ Tal fato mereceu ser destacado pelo informante, o que leva o leitor a algumas especulações no sentido de entender a lógica de tal destaque: seria o risco do contato com trabalhadores e a suspeição de treinamento de guerrilheiros na propriedade do fazendeiro? Há aqui uma evidência de que nem mesmo o liberalismo era permitido nessa relação de desenvolvimento hiper-tardio do capitalismo no Paraguai, como também ocorrera no Brasil. Tal lógica nos remete às reflexões de Chasin sobre os países que não tiveram o processo de desenvolvimento clássico. Diz ele,

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não se efetiva, de fato, por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são genericamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável.¹⁰

Por fim, o documento não traz, conforme se observa em outros do mesmo tipo, dados que “comprovassem” as acusações de associação do ex-combatente com a guerrilha. É possível que fosse uma informação conseguida de forma aleatória, não havendo comprovação empírica, já que cada documento que tivesse qualquer informação sobre o caso, a complementava, destinava a muitos órgãos e tomava

⁵Informe nº 002/75. Acervo *Arquivo do Horror*, 28/04/1975. Origem: AESI Itaipu Paraguai (documento em espanhol). Difusão: Comando em Chefe.

⁶Stronista, no jargão usado pelos divergentes da época seriam os afeitos à política desempenhada pela Ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai.

⁷Não nos é possível saber a que exatamente se refere à associação feita pelo agente entre liberal com esquerda.

⁸Informe nº 002/78. Acervo *Arquivo do Horror*, 31/01/1978. Origem: AESI Itaipu Paraguai. Difusão: Diretor Geral Adjunto e Ministro do Interior.

⁹Idem, *ibidem*.

¹⁰CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000, p. 124.

providências, o que não ocorre nessa situação.

A delação era comum no Paraguai, e permeava a sociedade, que em seu processo de exclusão social, fazia-a em troca de obter determinados benefícios: passagens gratuitas nos ônibus, entradas em estádios de futebol etc.¹¹ Numa sociedade em que o Estado suplantava as garantias, sobravam as migalhas da “mesa” da burguesia que orbitava em torno de Stroessner. No processo de desenvolvimento hiper-tardio do capitalismo que se configurou em toda a América Latina, não é difícil conceber que aos trabalhadores no Paraguai, não restavam muitas alternativas de sobrevivência. Até porque, iniciado o governo Stroessner, muitos privilégios foram dados à burguesia que se formava em seu entorno, constituída inclusive de brasileiros que adquiriram terras no Paraguai. Obviamente, trata-se daqueles que conseguiram grandes porções de terras, e não dos pequenos agricultores principalmente do Sul do Brasil, que em más condições de sobrevivência aqui, acabaram migrando para lá.

Todavia, nesse processo de privilégio que solapava as riquezas da nação guarani com a extração da madeira, ou mesmo com a plantação de soja, aos segmentos da população excluídos do acesso à produção social e impossibilitados de se manifestar, vêm na delação algumas vantagens: tornam-se assim *sóplons*, ou mais popularmente, *pyragüés*.¹²

O Jornal *Nosso Tempo* e seus editores

Numa rápida pesquisa às pastas do Acervo DOPS Paraná, percebemos que os órgãos de informações, especialmente o próprio DOPS acompanhava todo o noticiário, recortava suas matérias e assim, tudo o que saía na imprensa da época e que fosse de interesse dos agentes de informações foi arquivado.¹³

No caso do Jornal *Nosso Tempo*, que costumeiramente tecia críticas aos projetos da ditadura, privilegiando nesse caso a Binacional, visto que o mesmo também era de Foz do Iguaçu, enquadrava-se dentre os jornais que sofriam perseguição. Embora o jornal não tenha sofrido censura, pois fora criado em 1980, sofreu toda a sorte de perseguições possíveis. Assim,

O peso do coturno do coronel interventor já se fez sentir. O prefeito e seu grupo procuravam de todas as maneiras sufocar o jornal para que parasse de funcionar. Os comerciantes que anunciavam eram ameaçados. Ao surgirem as pressões, alguns retiram-se da sociedade.¹⁴

¹¹SANTOS, Márcia Guena dos. *Operação Condor*: Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. São Paulo: dissertação PROLAM/USP, 1998 – VOLUME I e II.

¹²*Sóplons* e *pyragüés* são as expressões usadas na nação guarani para designar o delator. A segunda expressão é em guarani, e a primeira em espanhol, mas ambas possuem o mesmo significado. Cf. SANTOS, op. cit.,.

¹³Destacamos tal informação, pela riqueza de detalhes sobre as circunstâncias da época, na região, que se encontra neste acervo e que podem subsidiar muitas outras pesquisas.

Notamos nesse caso, que a censura em relação ao Jornal, se deu em forma de perseguição. Assim, as AESI's cumpriram a função de recolher informações acerca dos principais noticiários, reunindo provas que subsidiaram a organização de processos judiciais contra os donos dos vespertinos, acusados de desrespeitarem a citada Lei e as encaminharem, não apenas aos tribunais de justiça da região, como também ao SNI. Conforme entrevista do advogado e procurador geral da justiça de Foz de Iguaçu, Antônio Vanderli Moreira,

Corria o ano de 1981 e Foz do Iguaçu, área de segurança nacional, ainda vivia o clima tenso do terror da ditadura. Alguns profissionais de imprensa ousavam agir com independência, mas sofriam de imediato a perseguição política. Antes alguns pequenos jornais independentes surgiram, mas aguentaram pouco tempo.¹⁵

O jornalista Aluizio Palmar foi um de seus dirigentes, juntamente com Juvêncio Mazzarollo, e João Adelino de Souza. Palmar, ao buscar documentação referente a si próprio nos órgãos de informações, deparou-se com um acompanhamento sistemático do Jornal que dirigia. Neste sentido encontrou os informes das AESI's que subsidiaram as denúncias acolhidas pelo Ministério Público Militar que os processou por desrespeito à Lei de Segurança Nacional.¹⁶ Tal processo se originou de um inquérito policial na Polícia Federal apurando “*responsabilidade quanto à veiculação de artigos considerados ofensivos às Forças Armadas e autoridades constituídas, figurando como indiciados os pseudo jornalistas acima referidos*”.¹⁷ Note-se a alegação de que os artigos foram ofensivos e que os três eram pseudo jornalistas, numa completa desqualificação do trabalho dos profissionais, dadas as críticas que fizeram às Forças Armadas à época. O clima de perseguição que reinava naquele período envolvia toda a sociedade, conforme atesta o citado advogado na mesma entrevista. Referindo aos procedimentos repressivos que se abateram sobre o tablóide, rememora que, logo nas primeiras edições do jornal, conforme citação acima.

Como o hebdomadário continuava em atividade, apertaram o cerco. A Delegacia Regional do Trabalho, por ordem do General Massa, instaurou procedimento e o Delegado de Polícia Federal De Faveri baixou a portaria nº 202/81/DPF/FI, dando início a Inquérito Policial contra as pessoas que centralizavam as ações do jornal “*Nosso Tempo*”. Eram elas o Juvêncio Mazzarollo, o João Adelino de

¹⁴Entrevista intitulada Percalços de nosso tempo. *Revista Cabeza*, edição nº 12, julho de 2003. Site: <http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁵Idem.

¹⁶Informação nº E/AESI.G/IB/BR/056/(ilegível)81. Acervo Aluizio Palmar. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI. O documento explica ainda que fora enviado ao SNI mais dois informes e uma informação entre abril e julho de 1981.

¹⁷Idem, ibidem.

Souza, o Aluizio e o Jessé. A acusação era de exercício irregular da profissão, por não possuírem registro de jornalista. Foram incursos no artigo 47 da Lei de Contravenções Penais. No dia 30 de setembro de 1981, às 14h30, os acusados e seu defensor compareceram à então Divisão de Polícia Federal para interrogatório. Lá ficaram durante horas esperando pelo delegado, que não os atendeu.¹⁸

Na sequência de sua entrevista, o advogado relata que o início do processo se deu sob a alegação de que eles “foram dados como ausentes” porque não haviam comparecido à Delegacia Regional do Trabalho, sendo os autos encaminhados à Justiça Estadual porque o juiz federal considerou “imprestável o procedimento administrativo da DRT” que julgava os procedimentos do município. Apesar da evidente nulidade do processo, tanto pela

[...] revelia inexistente que importava em cerceamento de defesa, pela falta de apresentação de réu preso (Juvêncio já estava preso por ordem da Justiça Militar), verificando-se ainda a prescrição [...], a juíza sentenciante, que pelo menos em um outro processo já aceitara intromissão dos donos do poder, condenou Juvêncio, Aluizio, Adelino e Jessé a pagarem multa por infração ao artigo 47 da Lei de Contravenções Penais”. [...] Juvêncio ainda respondeu processo sob acusação de infração à Lei de Segurança Nacional, devido a um artigo onde sugeria: “Tirado o poder dos ladrões, corruptos, vendilhões da pátria e opressores, o passo seguinte é implantar um sistema institucional que garanta a construção de um novo modelo social, político, econômico e cultural”.¹⁹

Paralelamente os amigos e familiares de Mazzarollo, em campanha por sua libertação, criaram um comitê, também objeto de vigilância das AESI's.²⁰ É pelo registro dos agentes que se infiltraram na reunião que temos notícias da organização, por exemplo, de ações de mobilização que amigos e familiares dos acusados empreenderam, como um ciclo de debates com o objetivo de discutir a Lei de Segurança Nacional.

A discussão sobre a necessidade de se acabar com a legislação repressiva toma corpo desde o final dos anos de 1970, compondo as temáticas sobre o fim da ditadura, no bojo do ressurgimento do movimento operário.²¹

¹⁸Entrevista intitulada “Percalços de nosso tempo”. *Revista Cabeza*, edição nº 12, julho de 2003. Site: <http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁹Idem, *ibidem*.

²⁰Informe nº E/AESI.G/IB/BR/020/3237/83. Acervo Arquivo Nacional, fundo SNI. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI. Documento gentilmente enviado por Rodrigo Patto Sá Motta.

²¹Sobre a função social de mobilização da sociedade que o recrudescimento operário cumpre ver CHASIN, José. *As máquinas param, germina a democracia*. São Paulo: Ed. Escrita, 1979.

Além da volta de exilados, o recrudescimento dos movimentos populares começava a impor o fim do processo ditatorial. Longe de ser uma benesse oferecida pelos militares, embora a transição tenha sido negociada com as oposições²², o fato é que o fim da ditadura era necessário, para inclusive não acontecer o que ocorrerá alguns anos depois no Paraguai; um golpe para destituir o ditador. Nesse processo de reorganização, foram unificadas as lutas pelas liberdades.

A crescente mobilização social que se alastrava pelo país, capitaneada pelo ressurgimento do movimento operário²³ na região onde se construía a Itaipu, o caso dos jornalistas acima referido teve enorme repercussão, particularmente a prisão de Juvêncio Mazzarollo, o que foi, como não poderia deixar de ser, devidamente acompanhado pelos agentes das AESI's, como atesta, por exemplo, o documento que traz a lista dos nomes de pessoas envolvidas na mobilização, no interior da qual se observa os destaques nos nomes de palestrantes. Reza assim o referido relatório policial,

[...] o evento realizado em TOLEDO/PR enquadra-se na campanha movida por setores radicais oposicionistas, pela revogação da LSN, confirmando-se, portanto, o ponto de vista expresso no INFE da referência, de que a repercussão em torno da condenação de JUVENCIO MAZZAROLLO, materializada em movimento em sua defesa, acima de tudo, visa a servir de pretexto aos objetivos da campanha contra a LSN. (maiúsculas do original).²⁴

Uma série de anexos contendo matérias que saíram em outros jornais, inclusive com declarações dos agentes de informações, atesta a repercussão que tal caso teve na região. Na lógica repressiva, tratava-se de “setores radicais oposicionistas”, o que demonstra haver grande confusão entre o pessoal que colhia as informações e as distribuía e as organizações da época.

Todavia, não devemos nos enganar em relação à produção da documentação. Num dos documentos que mais à frente analisaremos em relação às eleições, veremos que os órgãos repressivos possuíam pessoas altamente qualificadas para tratar as informações que julgassem pertinentes.

Interessante é que a certeza de que agiam em benefício da nação faz com que tais informantes não se eximam, pelo menos na região, de falar publicamente de suas ações, como se observa, ainda, no caso dos jornalistas do *Nosso Tempo*. Em abril de 1983, foi publicada uma nota no Jornal *O Paraná*, em que Mazzarollo foi considerado um *pseudo-mártir*²⁵, o que também consta da documentação que compõe seu dossiê.

²²Cf. em: FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

²³PRADES, M.; RAGO, M. A. P. O arrocho treme nas bases do ABC. *Escrita Ensaio*, ano IV, nº 7. São Paulo: Ed. Escrita.s/d.

²⁴Informe nº E/AESI.G/IB/BR/020/3237/83. Acervo Arquivo Nacional, fundo SNI. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

²⁵Idem, *ibidem*

Mesmo já no momento de abertura, de reorganização dos trabalhadores, de constituição de comitês populares lutando pela Anistia, fim da carestia, por melhores condições de vida e de salários, a presença marcante dos agentes de informações, das ações de controle do Estado brasileiro e paraguaio ainda poderia ser sentida.

As eleições municipais e estaduais de 1982 na região de Foz, segundo as AESI's

As eleições que ocorreriam no ano de 1982 eram importantes nos cálculos políticos do Estado ainda sob a égide da espada. Eram dessas eleições que se mostrariam ainda o poder da Ditadura, amparada pela votação do Partido da Democracia Social (PDS) e qual era ainda o seu nível de sustentação. Tais eleições se colocavam como uma prévia do que os eleitores pensavam e as tendências eleitorais para os pleitos subseqüentes, que garantiram a permanência dos senadores biônicos formadores do colégio eleitoral das eleições para a Presidência da República. Para tanto,

Prosseguiram durante o ano de 1981 as negociações da política de liberalização. Eleições gerais seriam realizadas em 15 de novembro de 1982. Todos os partidos legalmente reconhecidos participariam com candidatos a vereadores, prefeitos (exceto nas capitais de estados e nos Municípios considerados de interesse da segurança nacional, onde as eleições permaneciam indiretas), deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. As eleições seriam livres, por sufrágio universal direto e secreto. Eram consideradas as eleições mais importantes na história brasileira recente, com 55 milhões de eleitores escolhendo nas urnas cerca de 400 mil candidatos a todos os cargos.²⁶

Embora Foz do Iguaçu e os municípios de fronteira do Brasil estivessem ainda sob o dispositivo das eleições indiretas, o processo eleitoral da localidade foi observado sistematicamente. Como apontou Alves, não se tratava de qualquer eleição, mas de um momento crítico de sobrevivência da ditadura brasileira e sua transição para a “democracia”, ou melhor, sua *transição transada*, nas palavras de Fernandes, uma vez que o processo se deu negociado pelas cúpulas, alijando os setores sociais da discussão. Foz do Iguaçu e diversas cidades nas proximidades de Itaipu passavam pelo problema constante de haver prefeitos nomeados envolvidos em corrupção, ao contrário do que é tão propalado pelo senso comum de que no período da ditadura militar não havia corrupção.

A situação eleitoral de 1982 na região da fronteira, conforme ocorreu em todo o país foi acompanhada cotidianamente pelos agentes do Estado e a

particularidade que tal documentação apresenta é a profundidade das análises que diferem em muito dos outros relatórios que muitas vezes são apenas dados sobre as situações vigiadas, com destaques ticados e um ou outro comentário acusativo carregado de jargões policialescos. Segundo a avaliação constante em um destes documentos analíticos produzidos por tais agentes²⁷, “as eleições em Foz seguiam o panorama nacional com a presença das agremiações partidárias nacionais, afora o fato de ainda haver nessa microrregião a nomeação de prefeitos”.²⁸ Pondera que tal condição era motivo de controvérsias na “opinião pública”, inclusive havendo indisposição de vereadores com a administração local. Embora, provavelmente, houvesse vereadores ligados aos militares ou a seu partido de sustentação, reflete o autor, a nomeação incomodava aos vereadores locais, como reflexos da opinião pública. A preocupação, explicita ele, era com a mobilização e a repercussão nacional deste descontentamento, conforme já se enunciara na segunda reunião do Simpósio Nacional dos Municípios e que reunira os representantes de municípios caracterizados pela Lei de Segurança Nacional como de segurança, demonstrando que já começava a se organizar a resistência ante a existência de municípios sem eleições pela caracterização da Lei.

O panorama da Tríplice Fronteira ante ao problema da nomeação dos prefeitos, demonstra haver um acirramento de ânimos, pois a Itaipu, na pessoa de Costa Cavalcanti, o seu então presidente, também interferia diretamente na relação da escolha dos prefeitos locais.²⁹ Além de todo poderio como hidrelétrica, também seus diretores e o presidente gozavam de grande prestígio.

Cabe destacar que na possível sucessão de Figueiredo por um militar, o nome que se cogitava era o de Costa Cavalcanti. Uma vez que ele assumira um dos principais projetos dos militares – além de ser um – tornou-se um nome de confiança de setores da caserna. Assim, “o Costa Cavalcanti, companheiro de turma de Figueiredo, homem de notáveis virtudes, equilibrado, tranqüilo e de passado brilhante em todos os governos militares”³⁰, nas palavras de Otávio Costa, foi um dos homens que teve seu nome discutido por homens da caserna, podendo ser indicado inclusive para a sucessão presidencial e fazer valer sua vontade em relação às nomeações.

Outrossim, o documento ora consultado revela que o tema já vinha ganhando proporções consideradas indesejáveis pela AESI, e que já há algum tempo acompanhava o problema.

²⁷ Informação Nº E/AESI.G/IB/BR/056/ ilegível/81. Acervo Aluizio Palmar. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ C f . P A L M A R . D i s p o n í v e l e m : <http://www.h2foz.com.br/modules /conteudo/conteudo.php?conteudo=229>. Acesso em: 28 mar. 2010

³⁰ D'ARAUJO, M. C; CASTRO, C; SOARES, G. A. D. *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 123.

²⁶ ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 332.

Assim, parte para uma análise do cenário eleitoral e considera a entrada dos novos partidos nas eleições, demonstrando haver um analista da Assessoria com profundo conhecimento de balanços eleitorais, visto a linguagem usada documento segue estabelecendo um panorama das eleições no Estado do Paraná.³¹

O panorama político de FOZ DO IGUAÇU não foge ao ambiente eleitoral do restante do País, caracterizando-se, principalmente, pela acomodação das correntes internas e consolidação das novas agremiações partidárias, tendo em vista as eleições previstas para 82. (maiúsculas no original).³²

Não se trata de um documento corriqueiro da comunidade de informações, mas de um trabalho bastante rebuscado, de quem sabia como o panorama nacional se configurava, demonstrando que, ou haveria homens dentro das AESI's com esse tipo de capacitação, ou era encomendado a intelectuais que o fizessem. Em qualquer caso, muito acostumados com um tipo de linguagem policialesca da comunidade de informações, o leitor pode se espantar com o rebuscamento, comumente não encontrado nesta documentação. Que havia agentes de informações com formação acadêmica é inconteste, até porque integram a carreira de funcionários públicos, militares ou não, para cujos cargos ou funções muitas vezes se exige titulação universitária. Assim, por exemplo, não causa espanto serem capazes de produzir um livro como o intitulado *ORVIL*³³, redigido por um agente de informações que possuía graduação em filosofia. Este apenas assumiu a responsabilidade da redação por seus superiores reconhecerem sua capacidade de análise das informações que compõem o livro.³⁴

Mas voltando ao balanço eleitoral, segundo deduz o informante, no último trimestre as críticas à Itaipu haviam diminuído. Segundo seu relato, isso se relacionava com uma bem sucedida campanha implementada pela “Assessoria de Relações Públicas da entidade”.

Por fim, o atencioso informante acrescentou que parlamentares de oposição teciam críticas ao projeto Itaipu ou à direção da entidade com o objetivo de “projeção de seus nomes através dos meios de comunicação e obter dividendos políticos tendo em vista futuros pleitos eleitorais”. Essa última frase apenas corrobora o que anteriormente suspeitamos, aprofundando nossas dúvidas e inserindo um ponto de interrogação no papel cumprido pelo setor de Relações Públicas de Itaipu. Muito além de cuidar da imagem institucional, sua ação perpassava também uma

imbricada trama de espionagem, relacionando-se diretamente com as AESI's, e quiçá com demais órgãos de informações. Além disso, a documentação comprova que essas AESI's perpassavam a trama de espionagem do Brasil e do Paraguai, havendo indícios de que participavam de atividades da Operação Condor.

³¹Informação Nº E/AESI.G/IB/BR/056/ ilegível/81. Acervo Aluizio Palmar. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

³²Idem, ibidem.

³³O projeto *ORVIL* (livro, ao contrário) surgiu em 1986, com o objetivo de denunciar supostos crimes da esquerda brasileira. Seria uma resposta ao *Projeto Brasil Nunca Mais*, levado adiante pela Arquidiocese de São Paulo. Cf. SILVA, 2009, p. 158 e seguintes.

³⁴Idem.